

APRESENTAÇÃO

Sociedade Atual e Educação: Desafios e Pandemia

A proposta de abordar os desafios enfrentados no campo da educação no Brasil pretendia dar continuidade às discussões que a mesma exige de cientistas sociais e educadores em virtude da precariedade do atendimento ainda disponibilizado à população e também dos resultados muito aquém do desejado com relação à educação de crianças e jovens. A revista Cadernos CERU abordou, em 2014, várias questões, por considerar a importância de se considerarem os problemas educacionais como objeto de reflexão dos cientistas sociais (Cadernos CERU, 2014, vol. 25.1).

Durante o período da demanda e recebimento dos artigos para a publicação do presente número, a realidade foi sendo rapidamente alterada no Brasil e no mundo. O vírus da COVID-19, que inicialmente preocupava os países orientais, rapidamente foi avançando pelo Ocidente, cruzando mares e oceanos. Por aqui, já circulava, segundo hipóteses aventadas por especialistas, pelo menos desde o início do ano. Dentre as primeiras medidas tomadas para a contenção do avanço da então epidemia, foram fechadas escolas de todos os níveis, incluindo as universidades, situação que perdura até a finalização deste número, em junho.

Todas as formas de educação, entendida esta em seu sentido amplo, compreendendo a educação escolar, a extraescolar e a informal, foram profundamente afetadas pela pandemia que se "instalou".

Aqueles desafios considerados "tradicionais" do campo da educação no Brasil, como ausência e precariedade da rede escolar, dificuldade dos escolares em frequentar os vários níveis do ensino, as formas de educação extraescolar (geralmente disponibilizadas por organismos públicos e privados), as dificuldades das famílias em acompanhar a aprendizagem dos filhos, o ainda elevado número de analfabetos e semianalfabetos na sociedade brasileira, a formação em parte deficiente de educadores, entre outros, foram todos colocados em questão.

O que fazer quando todos têm que ficar em isolamento, "em casa"? No tocante à educação escolar, esta passou a ser alocada na casa dos educandos, o mesmo ocorrendo com todas as demais formas de aprendizagem. As famílias tiveram que assumir papéis que não mais lhes cabiam: de gerenciar em casa a educação das crianças e jovens em condições, em grande parte, muito mais precárias que as das escolas, sem esquecer que a infraestrutura para tanto

ficou a cargo dos próprios educandos. Se as desigualdades sociais já eram grandes na socialização e escolarização de crianças e jovens, a pandemia trouxe contornos até cruéis para os de menores recursos.

As transformações em curso não permitem ainda pressupor as consequências que estão sendo e serão vivenciadas por educandos e educadores, famílias e gestores com relação à aprendizagem obtida, às formas de sociabilidade desenvolvidas, às novas competências demandadas, aos novos problemas criados, aos sofrimentos enfrentados, às novas desigualdades geradas, entre muitas outras dimensões.

Neste número, foram incorporados alguns textos que já procuraram pensar na educação escolar e na formação nestes primeiros tempos de pandemia. A eles, vinculam-se outros desafios que já eram objeto de reflexão em períodos anteriores e que, certamente, ganharão novos contornos nos próximos tempos, dada a complexidade que os envolve neste momento de crise e incertezas: são estudos que abordam a diversidade socioeconômica e cultural da sociedade, os vários grupos e sujeitos nela presentes (indígenas, imigrantes, deficientes) e suas demandas e experiências, os diferentes posicionamentos quanto à orientação político-pedagógica das propostas educacionais. Contribuem para a compreensão da complexidade das questões educacionais que enfrentamos.

Este número compreende três partes:

1. Reflexões mais amplas sobre educação:

- a. Mário Antonio Eufrásio
- b. Sylvia Gemignani Garcia
- c. Roseli Fischmann
- d. Racquel Valério Martins, Lúcia Edriana de Sousa Cordeiro, Antonia Solange Pinheiro Xerez

2. Pandemia e educação:

- a. Selín Carrasco e Silvia Baldivieso
- b. Roger Marchesini de Quadros Souza, José Cláudio Diniz Couto, Luzia Serapicos Martins Diniz Couto
- c. Norinês P. Bahia
- d. Bernardo Muñoz Aguilar
- e. Mia Brummer

3. Educação entre diferentes grupos:

- a. Ana Elisa de Castro Freitas e Eduardo Harder
- b. Daniel Valério Martins

- c. Vera Luci Machado Prates da Silva
- d. Merenice Merhej
- e. Elbio Miyahira e Karoline Rezende Sayar
- f. Célia Regina Toledo Lucena
- g. Isabel de Souza Lima Junqueira Barreto
- h. Rosali Maria Nunes Henriques

O **primeiro bloco** de artigos que integram este número dos Cadernos (31.1) trata de aspectos relativos à educação, encarada de modo mais amplo, seja do ponto de vista teórico, seja analisada historicamente. Três deles tratam de questões educacionais tradicionais de nosso país, que, até hoje, afetam o ensino e contribuem para boa parte de seus problemas crônicos. Um deles, no entanto, aborda um aspecto mais amplo, que serve de pano de fundo não só para todo o conjunto que trazemos neste número de nossa revista, como também para toda a área das ciências sociais no mundo e, particular, para a Sociologia.

Assim, iniciamos nossa apresentação com este último artigo mencionado, uma tradução de texto já antigo, mas ainda atual para todos nós. A versão em língua portuguesa de Mario Antonio Eufrásio – professor já aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e presidente do CERU -, de um trabalho apresentado Martin Bulmer, em 1984, em um encontro anual da Associação Americana de Sociologia, deu-nos a oportunidade de conhecer mais de perto a tão famosa Escola de Chicago de Sociologia, seus fundadores e seu modo de trabalho, com a especial valorização da pesquisa empírica e a comparação de sua atuação com outras escolas igualmente famosas, como a Escola de Antropologia de Malinowski e a de Max Gluckman, no Instituto Rhodes-Livingstone, na então Rodésia do Norte (hoje Zâmbia) todas nos idos das décadas de 20 e 30 do século XX. A análise de Bulmer discute se se pode chamar o grupo formado em torno, primeiro, de Park e Thomas e, posteriormente, de Park e Burgess, membros do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, de Escola. É essa a grande contribuição do texto, que nos faz pensar se, na nossa Universidade de São Paulo, não se poderia igualmente denominar de Escola algumas equipes de professores que se formaram, no início dos trabalhos da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - cerne da USP criada em 1934 -, como o grupo em torno do professor Florestan Fernandes e o formado em torno da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, fundadora do CERU e recém-falecida. Deixamos a questão para ser estudada e discutida pelos colegas professores que atuam em nossa instituição.

Em segundo lugar neste bloco, temos o trabalho de Sylvia Gemignani Garcia, do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, que traz ao conhecimento de todos sua

apresentação em mesa redonda do 46º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos – CERU/USP, de 2019. O objetivo foi realizar uma reflexão sociológica sobre o cenário político e cultural de nossa época que propicia tanto a permanência de um conservadorismo progressista liberal, como de um novo conservadorismo retrógrado de extrema direita, que procura influenciar a educação, em princípio laica, bem como o pensamento crítico e a ciência, em geral, no país. Seu foco central é a universidade brasileira, com sua administração que procura controlar a produção e a reprodução do conhecimento, refletindo-se no desempenho da visão conexcionista dominante e o aumento do sofrimento mental dos estudantes universitários.

Em seguida, temos o artigo da professora da Faculdade de Educação da USP, Roseli Fischmann, que faz uma análise histórica da relação Igreja-Estado no Brasil até o momento atual. Seu ponto de partida é a definição de laicidade do Estado, contida no artigo 19 da Constituição Federal brasileira de 1988. Sua reflexão inclui a constituição promulgada após a Proclamação da Independência (1824), a que decorre da Proclamação da República (1891) e, especialmente, a de 1988, atualmente em vigor. Acentua a desigualdade vigente no período monárquico e a rejeição dessa desigualdade introduzida pela ordem republicana nos textos legais. No entanto, verifica que a prática das ações governamentais nem sempre está de acordo com o que a lei básica prescreve.

Por último, neste primeiro bloco, vem o trabalho publicado por Racquel Valério Martins, Lúcia Edriana de Sousa Cordeiro e Antonia Solange Pinheiro Xerez, todas pertencentes a diferentes instituições de educação (respectivamente à Universidade de Salamanca, à Escola de Educação Básica da SEDUC e à Universidade Estadual do Ceará-UECE), tratando da educação pública e sua relação com a política liberal no sistema de ensino do Brasil. É um estudo feito com base no pensamento pedagógico-crítico de Dermeval Saviani que faz uma reflexão sobre a relação entre o Estado moderno e a composição da escola pública, com base em um viés político-econômico como expressão da ordem social vigente. O estudo visa dar uma contribuição aos que atuam na educação básica de nosso país, de modo que estes possam ajudar a criar uma escola servidora dos interesses das camadas desprivilegiadas da sociedade.

O **segundo bloco** aborda, aparentemente ao contrário do que o anterior faz, uma questão muito atual e que não afeta somente o Brasil. O ano de 2020, este ano que estamos vivenciando atualmente, trouxe-nos um fato novo que caiu sobre o mundo com um impacto imenso. Inicialmente, foi encarado como um ataque viral que se pensava estar atingindo somente o extremo asiático, mas, aos poucos, sua força foi se revelando e se expandiu por todos os continentes, com maior ou menor intensidade, conforme a densidade populacional de cada país,

sua proximidade com os outros e a seriedade com que tal problema sanitário foi encarado e tratado pelos governantes de cada lugar. Aos poucos, à medida que se percebia a gravidade da questão, começou a ser denominado, primeiro, de epidemia até ser categorizado pela OMS como pandemia.

Este grupo de artigos tem duas linhas principais: de um lado, trabalhos que tratam a questão da pandemia e seus reflexos principalmente sobre um setor específico da economia - o turismo -, procurando comparar o período antes, durante e após a ação da pandemia, analisando os desafios que esse setor nos coloca para que sejam superados os problemas econômicos e sociais que estão impactando essa área. São discutidas as bases epistemológicas do ensino online e os problemas acarretados pela educação via internet. Aprofundando ainda mais a temática, dois textos analisam a situação concreta vivenciada pelos profissionais educadores e pelos alunos nesse período de quarentena/isolamento. Se este afastamento das salas de aula teve vários aspectos positivos (maior relacionamento familiar, desenvolvimento da imaginação ao se procurarem novas atividades para preencher o tempo vazio, maior cuidado com a saúde, maior solidariedade em relação tanto aos mais necessitados como aos profissionais que atuam no setor da saúde, entre outros efeitos), as consequências negativas foram de tal ordem que serão necessários muitos anos para que cada país se recupere, pelo menos em parte, dos impactos causados pela pandemia no planeta em que vivemos.

Assim, o primeiro artigo deste grupo, de autoria de Bernardo Muñoz Aguilar, antropólogo social chileno, professor associado da Universidad de Concepción e pesquisador associado ao CERU e coordenador do Convênio Sur-Sur (do qual o CERU é participante), além de Pós-doutorando na Universidade de Barcelona, discute as diferentes formas de turismo existentes anteriormente à pandemia, levando a que se entenda como esse setor deverá se reformular, construindo novas pontes num mundo novo. Certamente nesse mundo as exigências aumentarão de lado a lado – demanda dos viajantes e por parte dos que fazem a oferta de serviços. A criatividade deverá impregnar a economia visando uma oferta mais selecionada, não mais dirigida às massas, mas com características muito específicas analisadas em cada um dos catorze tipos de turismo existentes até hoje e como cada um se transformará na era pós pandemia. Toda essa análise foi desenvolvida com base no turismo da América do Sul, com foco especialmente na região do Cone-Sul.

O trabalho de Mia Brummer, psicoterapeuta alemã em período de pós doutorado junto ao Professor Bernardo Muñoz no Chile, pesquisadora associada ao CERU e professora do Convênio Sur-Sur, dá prosseguimento ao pensamento do autor anterior, analisando a história do desenvolvimento do indivíduo, da cultura e do turismo visando descobrir como e onde o

turismo, após este período de grandes abalos e quase paralisação, poderá se desenrolar. A compreensão da forma como se desenvolvem os indivíduos e as coletividades, assim como suas necessidades, objetivos e meios disponíveis, permitirá prever o futuro do setor turístico e contribuir para seu quase renascimento após a crise atual. São analisados diversos aspectos, como a conexão entre indivíduo, coletividade, sociedade e turismo, como surgem as etapas de desenvolvimento, os níveis que este abrange (instinto e sobrevivência, a magia e o clã, os guerreiros e conquistadores, a ordem e a estrutura, o empreendimento maduro e o êxito, a civilização empática, o espírito e o espaço criativo) e a visão do futuro nesse setor.

O texto dos professores doutores Selín Carrasco e Silvia Baldivieso, ambos da Universidade Nacional de San Luis (província de San Luis), na Argentina, analisa as turbulências causadas pela pandemia, afetando tanto os cidadãos, em geral, como, particularmente professores e estudantes, que mal tiveram tempo de se adaptar às novas condições de trabalho conjunto ocorridas tão imprevisivelmente. Assim, os autores procuram apresentar uma epistemologia que contribua para enfrentar os desafios colocados atualmente, recorrendo ao pensamento de vários expoentes teóricos. Frisam que não se trata de uma moda, nem de improvisação forçada nem uma jogada do capitalismo, mas uma forma de educação própria da era digital. Assim, apresentam uma proposta de estrutura conceptual que dá apoio à era digital e propõem uma educação necessária que leve os indivíduos a se desenvolverem nesse contexto.

Os dois últimos são escritos por autores brasileiros que expõem problemas concretos que a educação brasileira está vivenciando atualmente, ocasionados pela pressa com que as autoridades públicas da área educacional precisaram propor rapidamente um plano para que as escolas públicas pudessem proporcionar um arremedo de ensino de modo que as crianças e jovens não ficassem completamente jogados no caos com a paralisação do ensino no país.

Norinês P. Bahia, mestre, doutora e pós doutora em educação, ao mesmo tempo em que é diretora concursada em uma escola da rede pública do Estado de São Paulo, depois de ter ocupado diversos cargos seja de docência, seja como especialista na área, descreve o cotidiano de sua escola, que, supomos, não seja diferente do da maioria de escolas públicas e até privadas: a instalação do caos e a demora (até um pouco compreensível) das autoridades em apresentar roteiros e procedimentos para fazer funcionar, ainda que minimamente, o ensino público no mais rico estado da federação brasileira. Como a autora denomina, nesse “cotidiano à distância” todas as personagens envolvidas estão reinventando na tentativa de promoção de certo processo de ensino-aprendizagem. Por enquanto, há muito mais dúvidas que certezas, pois todos estão

tateando, querendo, sem dúvida, acertar, mas duvidando bastante ainda dos resultados a serem alcançados.

Por fim, o último trabalho deste bloco é de autoria de três pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociais e Políticas em Fracasso Escolar (GEPESP), coordenado por Roger Marchesini de Quadros Souza. Além dele, são coautores José Claudio Diniz Couto e Luzia Serapicos Martins Diniz Couto. Trata-se do relato de uma pesquisa realizada pelos autores em sete unidades escolares (uma municipal de ensino fundamental, duas municipais de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos, duas estaduais, uma privada de ensino médio e uma Faculdade de Letras de uma universidade particular), todas situadas em cidades do litoral paulista, por meio da coleta de depoimentos de professores e alunos e da participação em reuniões pedagógicas (tudo por via remota). Não tendo havido tempo para o aprofundamento da análise, o relato é um registro de uma realidade terrível, decorrente de um problema inesperado para o qual foi necessário improvisar uma proposta de solução cujo resultado ainda se vai verificar no futuro próximo e distante.

O **terceiro bloco** remete mais especificamente à questão da diversidade. Historicamente, a sociedade brasileira foi se constituindo como uma sociedade multiétnica e multicultural, em que sujeitos originários de diferentes contextos, com diferentes experiências e culturas passaram a fazer parte da população brasileira, juntamente aos povos indígenas que habitavam todo o território que passou a ser o Brasil, colonizado por nações europeias (Portugal e Espanha). Passados mais de 500 anos, esses diferentes sujeitos estão presentes e colocam questões no campo educacional com relação à presença do outro: os povos indígenas de várias etnias, os negros que carregam ainda as marcas da escravidão, os imigrantes de várias partes do mundo que ainda continuam chegando à procura de melhores condições de vida ou fugindo de situações de guerra e as crianças pequenas em periferias pobres.

Os artigos desta parte três remetem a questões relacionadas a algum desses sujeitos e grupos, embora as reflexões sobre todos eles não tenha sido possível incorporar neste número. Representam, entretanto, uma pequena amostra das experiências e demandas que diferentes sujeitos colocam com relação à educação para poderem ter acesso a seus direitos como cidadãos.

Dois artigos tratam das questões dos povos indígenas. O trabalho de Ana Elisa de Castro Freitas, doutora em Antropologia Social e docente da Universidade Federal do Paraná, e Eduardo Harder, doutor em Direito e também docente da Universidade Federal do Paraná, focaliza a trajetória das políticas afirmativas de ingresso e permanência de jovens indígenas no ensino superior brasileiro, por meio, principalmente, da denominada Lei de Cotas e os autores

acreditam que possa promover a interculturalidade. Também o artigo de Daniel Valério Martins, doutor em Antropologia e doutor em Educação, trata dos direitos humanos e da educação diferenciada relacionados a culturas indígenas, utilizando o conceito de sobreculturalidade como ferramenta utilizada pela Educação Diferenciada.

Também analisando a luta por direitos e o empoderamento de sujeitos em parte ainda marginalizados na sociedade nas escolas, o artigo de Vera Luci Machado Prates da Silva, doutora pela Universidade Metodista de São Paulo, analisa um movimento de cunho religioso que envolve o atendimento de pessoas com deficiência, na luta pelos seus direitos e por uma educação inclusiva criada e desenvolvida pelos próprios deficientes.

O artigo de Merenice Merhej, doutoranda pela Faculdade de Educação da USP, remete à questão do atendimento das crianças pequenas em seu direito ao brincar como atividade de livre escolha, fundamental ao seu desenvolvimento, trazendo reflexões ao campo educacional sobre a necessidade de pensar nas políticas urbanas voltadas para as gerações mais novas.

Outro grande desafio presente é a chegada contínua de imigrantes em território brasileiro, sujeitos provenientes de várias partes do mundo. Alguns artigos tratam das experiências educacionais escolares e de formação em andamento enfrentados por alguns deles em seu processo de inserção no contexto metropolitano de São Paulo. A inserção de imigrantes sempre foi uma questão que preocupou o Estado brasileiro, sempre com propostas adotadas atendessem às necessidades dos imigrantes.

O texto de Élbio Miyahira, mestre em Educação pelo Programa de Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP e atualmente doutorando do mesmo Programa, e Karoline Rezende Sayar, mestre em Educação pelo Programa de Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, analisa as relações entre filhos de imigrantes bolivianos e estudantes brasileiros em uma escola pública da cidade de São Paulo, verificando como a escola aborda essa questão. Aponta para a possibilidade constatada de criação de um ambiente multicultural, mas as dificuldades ainda existentes para uma interação e integração entre os grupos nesse espaço público.

Com foco na educação não escolar e ao longo da vida, Célia Regina Pereira de Toledo Lucena (doutora em História pela PUC-SP, pesquisadora do CERU e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Migrações e Identidade/CERU) analisa as práticas de sujeitos refugiados na cidade de São Paulo, por meio de pesquisa exploratória, realizada no Programa Raízes da Cidade, ONG que tem como objetivo oferecer oportunidades de realização de atividades que transformam habilidades e saberes em imersão cultural e educativa no país de destino. As experiências analisadas junto a refugiados sírios mostram como estes usam a arte de ensinar

como oportunidade de ganhar sustento e de se integrar, ministrando aulas de dança, de culinária e do idioma árabe para garantir seu sustento.

Os dois artigos que completam esta revista, fruto de demanda contínua, foram incorporados por contribuírem para a discussão sobre a necessidade de o campo educacional levar em conta a diversidade de imigrantes que chegam ao território latino-americano: os dois remetem a fluxos de portugueses e descendentes que chegaram em dois momentos. O artigo de Rosali Maria Neves Henriques analisa as narrativas disponibilizadas pelo Museu da Pessoa de portugueses que chegaram até os anos 60 do século XX para compreender o processo de sua integração no Brasil. O trabalho de Isabel de Souza Lima Junqueira Barreto, doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora de Conteúdo na Empresa Municipal de Múltiplos (MultiRio), aborda o período dos anos de 1970, quando vieram portugueses e luso-africanos para a América Latina, vindos de antigas colônias africanas, explicitando como providências foram tomadas para a concretização desses fluxos.

Levando em conta a situação atual de crise, promovida pela pandemia vivenciada pela sociedade brasileira, latino-americana e por outras regiões de onde vieram imigrantes para as primeiras e considerando ainda o teor das reflexões apresentadas pelo conjunto de artigos que compõem este número especial da revista, elaborado apesar das dificuldades enfrentadas, é possível afirmar que não há caminhos definidos como seguros para o enfrentamento dos problemas educacionais que, agora, se agravaram enormemente com a pobreza que tende a se agravar.

São desafios que se colocam à pesquisa, à criatividade e à atuação de cientistas sociais e educadores em todos os setores da sociedade atual.

Zeila de Brito Fabri Demartini

Maria Christina Siqueira de Souza Campos